

Adunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo

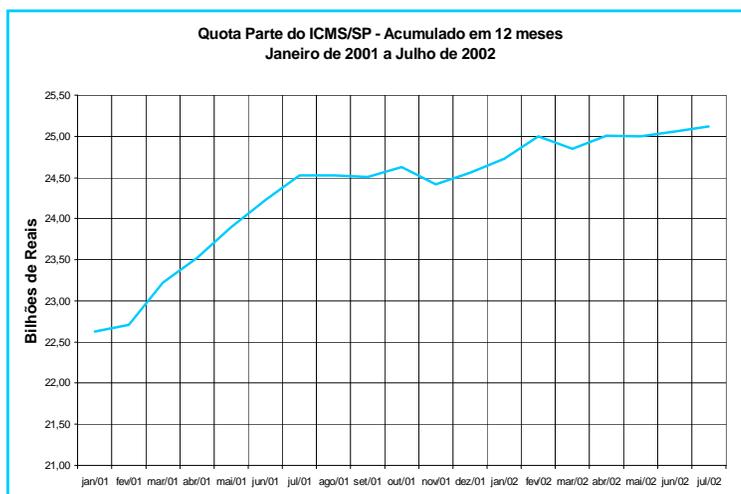
Nº 11 • 26/08/2002

CAMPANHA SALARIAL

A campanha salarial de 2002 continua no segundo semestre. Em maio, obtivemos 8% de reajuste e a promessa dos reitores de realizarem reuniões periódicas entre as comissões do CRUESP e Fórum para o acompanhamento de verbas e salários, e de retomarem as negociações referentes a reajustes em outubro.

A arrecadação de ICMS a partir de abril deste ano vem apresentando uma certa estabilidade. Como indica o gráfico ao lado, em julho, os valores acumulados nos últimos 12 meses superaram os 25 bilhões de reais. Se essa tendência se mantiver, a previsão de arrecadação feita pela Secretaria da Fazenda do Estado para o ano 2002, que é de 26,22 bilhões, poderá se concretizar. Lembramos que a AEPLAN elaborou o orçamento da Unicamp, aprovado pelo Consu, com base nessa previsão. Portanto, tudo indica que a situação financeira da universidade é de relativo equilíbrio. Desse modo, a obtenção de mais um reajuste salarial em outubro dependerá da nossa capacidade de mobilização.

Ainda neste sentido, lembramos que alguns dos principais pontos de nossa pauta de reivindicações tais como a expansão de vagas, a precarização das

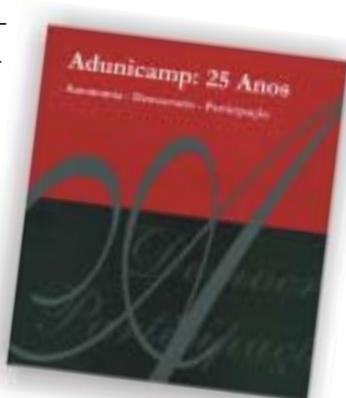


relações de trabalho e a necessidade de contratação de docentes e servidores, serão objeto das negociações que ora se iniciam. Convém esclarecer que esta discussão foi temporariamente suspensa em consequência dos problemas de saúde que acometeram o Professor Melfi, reitor da USP, às vésperas da última reunião com o CRUESP no dia 8 de Agosto. Tão logo sejam superadas estas dificuldades estaremos abrindo uma nova rodada de entendimentos na qual se deve delinear a nossa conduta frente ao processo de ampliação das instituições públicas de ensino superior no Estado.

25 ANOS DE ADUNICAMP

Debate marca lançamento de livro comemorativo

Prosseguindo com as comemorações dos 25 anos da entidade, a Adunicamp programou, no próximo dia 28 de agosto, quarta-feira, às 18 horas, em sua sede, o debate **“O papel das entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes na luta pela defesa da universidade pública”**, por ocasião do lançamento do livro comemorativo. Participam como debatedores:



o presidente do Andes-SN, professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas; o coordenador do Fórum das Seis, professor Ciro Teixeira Correia; o diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, João Raimundo de Souza; e o coordenador do DCE-Unicamp, Mateus Camargo Pereira.

Os associados receberam exemplar em suas unidades e os aposentados em suas residências.

CONTRA A ALCA E A ENTREGA DE ALCÂNTARA AOS ESTADOS UNIDOS

Está sendo construída, no âmbito nacional, pelos movimentos populares, igrejas e entidades civis, uma grande mobilização popular contra a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). De acordo com o projeto definido durante o encontro de 34 chefes de governo de países americanos, realizado em Miami, em 1994, as negociações para a implantação dessa área de livre comércio deverão ser concluídas até 2005.

O impacto desse acordo sobre os países latino-americanos será catastrófico. O aumento brutal do desemprego, abolição dos direitos sociais e trabalhistas, arrocho salarial, aprofundamento dos processos de privatização da saúde e da educação, subordinação dos recursos naturais, da agricultura e da produção de alimentos às grandes corporações transacionais, são alguns dos efeitos desastrosos que a ALCA produzirá para os países pobres da região. Em síntese, o acordo fortalecerá ainda mais o



Reprodução

imperialismo norte-americano sobre o continente.

Ao mesmo tempo, tramita no Congresso Nacional o acordo assinado entre o Governo Brasileiro e os Estados Unidos que prevê a cessão, para este último, da Base de Lançamento de Alcântara, no Maranhão – uma área de 62 mil hectares. Os termos do acordo

prevêem que a área seja transformada em base militar norte-americana às portas da Amazônia. Os Estados Unidos terão o direito de controlar o acesso ao local, impedindo até mesmo que a alfândega brasileira faça a fiscalização das cargas que chegarão à base. Por essa concessão, o Brasil receberá 34 milhões de dólares por ano, uma verdadeira mixaria em troca da soberania nacional. Certamente, o interesse dos Estados Unidos em Alcântara não é apenas de lançar foguetes, mas de consolidar o seu controle militar sobre a Amazônia.

É contra esses dois projetos que as entidades estão se mobilizando. No período de 1 a 7 de setembro próximo, será realizado o Plebiscito Nacional sobre a ALCA e a Base de Alcântara. A Adunicamp está engajada nessa luta e participará, juntamente com as demais entidades do campus, da organização do evento visando garantir a participação de todos.

DIRETORIA PEDE AUDIÊNCIA COM O REITOR

A Diretoria da Adunicamp encaminhou, no último dia 22 de agosto, ofício ao Magnífico Reitor, Professor Carlos Henrique de Brito Cruz, solicitando reunião para tratar de questões ainda pendentes, desde a reitoria anterior. São elas:

- o caso do direito dos docentes de contarem o tempo de forma-

ção e de trabalho que antecedeu o seu ingresso na Unicamp, para fins de aposentadoria;

- o problema da segurança na Unicamp e a presença da PM no campus;

- e o problema da dupla gratificação.

Tais questões são reconhe-

cidamente sensíveis e sua resolução requer o estabelecimento de um diálogo aberto entre a comunidade e a Administração. Como entidade representativa de docentes da Universidade, a Adunicamp espera obter informações sobre eventuais encaminhamentos que estejam sendo dados a respeito das referidas questões.

NOTA DA DIRETORIA

O professor Luiz Antônio Viotto apresentou pedido de afastamento da Diretoria da Adunicamp em razão de ter decidido integrar a Coordenação Deliberativa do Programa de Moradia Estudantil da Unicamp, ligada à Administração Central da Universidade. Em função do compromisso de independência da nossa entidade, o colega considerou adequado tomar a decisão referida.

EXPANSÃO DE VAGAS NA UNESP

Os jornais da última quinta-feira, 15 de agosto de 2002, noticiaram com destaque a invasão do prédio da Reitoria da Unesp, na região central de São Paulo, ocorrida no dia anterior, por cerca de 150 estudantes. O objetivo da ação foi impedir que o Conselho Universitário votasse o plano de expansão de vagas e a criação de oito novos *campi* em municípios do interior do Estado.

Para o leitor desatento, provavelmente, ficou a impressão de que os estudantes simplesmente se opõem à ampliação de vagas naquela universidade em nome da preservação da “qualidade” do ensino e da pesquisa, uma postura que pode ser entendida como “elitista”, por alguns. Mas o fato exige uma avaliação mais cuidadosa.

Lembramos que a pauta de reivindicações aprovada pelo Fórum das Seis e por representações das entidades estudantis, para a campanha salarial deste ano, defende a ampliação de vagas nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo, em cursos de graduação regulares, acompanhada da complementação de recursos públicos necessários para a sua viabilização. Portanto, as entidades representativas de docentes,

funcionários e estudantes da Unesp não só defendem como reivindicam a ampliação de vagas na universidade pública, especialmente num estado como o nosso em que quase 90% dos estudantes em nível superior encontram-se em instituições privadas.

Porém, o que motivou o protesto, em que pesem os excessos cometidos por alguns estudantes, é o plano de expansão elaborado pela Reitoria daquela universidade, que consiste na:

a) criação de 13 cursos novos em *campi* já existente, sem a avaliação das condições mínimas necessárias ao seu funcionamento (infra-estrutura e pessoal);

b) implantação de cursos rápidos (um ano e meio) na área de educação, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação, com a finalidade de emitir certificados de nível superior acerca de seis mil professores da rede pública, com disciplinas ministradas através de videoconferências e teleconferência;

c) criação do curso de pedagogia para os 40 mil professores das redes municipais de ensino do Estado, cujas disciplinas serão ministradas por docentes que receberão um sobre-salário por essa atividade, o que quebra a

isonomia salarial no interior da universidade e induz o docente a ampliar a sua carga de horas-aula em detrimento das atividades de pesquisa;

d) abertura de oito novos *campi* em municípios do interior do Estado, com estruturas simplificadas (sem departamentos e congregações) e geridos academicamente pelos *campi* tradicionais mais próximos. Nesses casos, as disciplinas que compõem os cursos serão ministradas por docentes itinerantes, que receberão sobre-salários, e por professores contratados como horistas. Além de quebrar a isonomia salarial, essa proposta aprofunda o processo de precarização das relações de trabalho docente na Universidade Pública do Estado de São Paulo.

Por essas razões, não apenas os estudantes que invadiram o Conselho Universitário da Unesp se opõem a esse plano do Reitor, mas as demais entidades que compõem o Fórum das Seis. Trata-se de uma proposta apressada, que visa a atender as chamadas “demandas externas” num ano eleitoral. A sua implementação poderá trazer sérias conseqüências para o funcionamento dos cursos já existentes e comprometer a pesquisa na universidade.

AINDA SOBRE A PM NO IFCH

O Reitor da Unicamp recebeu ofício do Delegado do Sétimo Distrito Policial de Campinas (Barão Geraldo), José Roberto Rocha Soares, solicitando a apresentação dos Professores Ângela Araújo e Sergio Silva para fins de “acareação”.

O processo relativo ao incidente do dia 4 de setembro de 2001, com dois soldados da Polícia Militar, no estacionamento do IFCH, encontra-se na Segunda Vara Criminal da Comarca de Campinas e a “acareação” foi pedida pelo Ministério Público. Os referidos docentes foram recebidos pelo Reitor para tratar dos problemas jurídicos relacionados ao caso, tendo sido firmado o compromisso de apoio da Procuradoria Geral da Universidade.

Mais uma vez, manifestamos a nossa irrestrita solidariedade aos dois colegas e a nossa indignação diante da queixa-crime apresentada pelos soldados e do comportamento da Administração Central, naquele momento. É sempre oportuno lembrar a famosa “carta de agradecimento” dada pelo então prefeito do campus aos PMs envolvidos no incidente.

FIM DA GREVE NA FFLCH/USP E A QUESTÃO DAS HUMANIDADES

Chegou ao final, no dia 15/08, uma das mais longas greves já ocorridas na USP. Revoltados com a falta de professores, agravada nos últimos anos, a ponto de comprometer não apenas a qualidade dos cursos oferecidos, mas a própria viabilidade deles, os alunos da tradicional Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas decidiram iniciar uma greve que se estendeu por 106 dias, com o apoio e a participação de docentes e funcionários.

A reivindicação principal do movimento era a contratação de 259 docentes. Depois de muitas negociações, a administração da Universidade assumiu o compromisso de admitir 92 novos professores ao longo de três anos. Mesmo reconhecendo que esse número é bastante inferior ao reivindicado, não se pode deixar de reconhecer que houve conquistas. Talvez, mais do que as contratações, o grande saldo da greve tenha sido o fato de ter tornado pública a situação da área das Humanidades na Universidade. Prova disso, é o editorial do jornal Folha de São Paulo, do dia 16 de agosto, em que se lê no último parágrafo: "...a greve, como instrumento político, serviu para mostrar à opinião pública o abandono das humanas. Espera-se, agora, que a situação comece a ser revertida. Sem humanidades, a universidade não seria 'universitas' (o todo, o universo). Não passaria

de um aglomerado de escolas técnicas."

No último dia 20, o Conselho Universitário da USP aprovou a criação de oito novos cursos de graduação e um aumento de vagas para o ano que vem de 6,65% em relação às atualmente oferecidas. Essa expansão exigirá a contratação, até 2007, de aproximadamente 148 docentes e representará um dispêndio adicional de recursos em torno de R\$ 7,8 milhões. Os cursos serão oferecidos nos campi do interior e estão ligados às áreas de ciências e tecnologia.

A notícia é reveladora. Considerando que ao longo de todo o processo de negociação que resultou da greve, a reitoria da USP reiterou que a Universidade não dispunha de condições orçamentárias para atender às reivindicações, a aprovação desses novos cursos pelo Conselho Universitário da USP revela de maneira ainda mais contundente a situação das Humanidades na Universidade. E não tenhamos dúvida, a situação não se restringe à Universidade de São Paulo. Se pretendemos, de fato, lutar pela preservação da Universidade Brasileira, precisamos aprofundar o debate a respeito da situação a que vêm sendo relegadas as áreas de filosofia, artes e ciências humanas.

UFRJ SEM ENERGIA ELÉTRICA É PRECISO DEFENDER A UNIVERSIDADE PÚBLICA

O corte de energia elétrica na Universidade Federal do Rio de Janeiro mostra muito bem como os atuais donos do poder tratam a Universidade Pública. Há muitos anos, a UFRJ reclama do arrocho orçamentário a que está sendo submetida e do atraso no repasse de verbas. E demonstra a impossibilidade de, nessas condições, saldar todas as suas dívidas. A imprensa publicou muitas matérias sobre isso, mas o Ministro da Educação não se comoveu, continuou na sua linha, contrária à Universidade Públi-

ca. A tristemente famosa Light - que retomou os serviços de energia elétrica no Rio de Janeiro - não quis nem saber: não pagou, corta! Adianta lembrar, ao Ministro e à concessionária, que a ex-Universidade do Brasil é a maior Universidade do Brasil? O que significa uma verdadeira Universidade? Provavelmente, eles não serão responsabilizados, nem punidos pelo que aconteceu. A Adunicamp conclama seus associados a participarem da luta nacional em defesa da universidade pública.

Novos telefones da Adunicamp

- Convênios: 3788-2471 e 3788-2472
- Recepção: 3788-2470
- Financeiro: 3788-2474

- Diretoria: 3788-2476 e 3788-2479
- Imprensa: 3788-2473
- Fax: 3289-1148 e 3289-5229